# EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026**

**INTERESSADO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - MG
**RECEBIMENTO PROPOSTAS**: INÍCIO 23 DE NOVEMBRO DE 2026
**DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 07 DE DEZEMBRO DE 2026 AS 08:00 HRS**
**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**: ATÉ 07 DE DEZEMBRO DE 2026 AS 07:59 HRS
**REFERÊNCIA DE TEMPO:** HORÁRIO DE BRASÍLIA.
**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMMLicita – **www.licitardigital.com.br**
**PREGOEIRO:** OZIEL OTAVIANO DE OLIVEIRA
**TIPO:** MENOR PREÇO POR ITEM
**MODO DE DISPUTA**: ABERTO
**ESCLARECIMENTOS**: **Diretamente pela plataforma de licitações – www.licitardigital.com.br > edital PE** 032/2026**>esclarecimentos.**
**TELEFONES/EMAIL:** (33) 3462-0902 – licitacao@pingodágua.mg.gov.br
**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**: 08:00 HORAS AS 17:00 HORAS

## 01. PREÂMBULO

**1.1.** A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO D´ÁGUA/MG, por intermédio da Divisão de Licitações, realizará a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública a ser realizadana Plataforma de Licitações AMM Licita (www.licitardigital.com.br) a qual, conforme especificado no termo de referência deste edital.

**1.2.** Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. Oziel Otaviano de Oliveira, Pregoeiro,nomeado pela Portaria n.º 001/2025, e pela Equipe de Apoio, regidos pela Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar n° 123/06, e Decretos Municipais que regulamentam a Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

**1.3.** O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Pingo d´Água - MG, através do endereço eletrônico www.pingodagua.mg.gov.br, na Plataforma de Licitações AMM Licita (Licitar Digital) através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio sede da Prefeitura

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

Municipal de Pingo d´Água - MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

**1.4.** Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensãoou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Pingo d´Água e www.pingodagua.mg.gov.br

**1.5.** A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

## 02. DO OBJETO

**2.1.** Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de combustível, para utilização e consumo da frota de veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Pingo d'Água, com objetivo de atender as atividades das diversas Secretarias Municipais, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

**2.2**. Os itens cujo valor estimado seja de até R$ 80.000,00 serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as hipóteses de inaplicabilidade previstas no art. 49 da referida Lei Complementar.

## 03. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

### 3.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

**3.1.1**. Poderão participar deste Processo Licitatório as Pessoas Jurídicas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive as que se referem à documentação.

**3.1.2.** A simples participação neste Processo Licitatório importa total, irrestrita e irretratável submissãodas proponentes às condições estabelecidas neste Edital.

**3.1.3**. O descumprimento de quaisquer das condições de participação estabelecidas neste Edital será motivo para a sua desclassificação ou inabilitação da proponente.

**3.2.** Da participação das Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

**3.2.1.** Será regida pela Lei Complementar N.º 123/2006.

### 3.3. DAS VEDAÇÕES:

**3.3.1.** Não poderão participar deste Processo Administrativo Licitatório, direta ou indiretamente, ou

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

celebrar Contrato dela decorrente, sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Edital, as proponentes que:

**3.3.1.1**. Não explorem ramo de atividade compatível com o Objeto desta Licitação;

**3.3.1.2.** Sejam estrangeiras e não funcionem no País;

**3.3.1.3.** Se apresentem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão-de-obra ou cujas atividadesnão possam ser enquadradas fielmente ao disposto nos Artigos 3º e 4º da Lei Federal N.º 5.764/71;

**3.3.1.4.** Integrem de um mesmo grupo econômico, de direito ou de fato, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**3.3.1.5.** Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e/ou impedimento de contratar com esta Administração, nos termos do Inciso III do Artigo 156 da Lei Federal N.º 14.133/2021;

**3.3.1.6.** Tenham sido declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas, nos termos do Inciso IVdo Art. 156 da Lei Federal N.º 14.133/2021;

**3.3.1.7.** Estejam sujeitas a sanção administrativa ou judicial vigente que, em razão de sua natureza e abrangência, impeça a participação na licitação ou a contratação com o Município de Pingo d'Água/MG, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

**3.3.1.7.1.** Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;

**3.3.1.8.** Estejam em processo de falência, dissolução ou liquidação, ressalvada a participação de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial que demonstrem possuir condições econômico-financeiras para executar o objeto contratual, mediante documentação idônea, observada a legislação aplicável;

**3.3.1.9.** O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os servidores e os empregados públicos municipais não poderão firmar contratos com o Município.

**3.3.2.** A existência de sócios em comum entre empresas participantes não implicará, isoladamente, impedimento automático de participação, sem prejuízo da apuração de eventual atuação coordenada, fraude, conflito de interesses ou outra hipótese legal de impedimento, mediante decisão fundamentada.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**3.3.3.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau;

**3.3.4.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº. 6.404/1976, concorrendo entre si;

**3.3.5.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

**3.3.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**3.3.7.** Outras vedações previstas em Lei, inclusive na Lei Orgânica Municipal – LOM;

**3.4.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**3.5.** A(s) licitante (s) que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;

**3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

**3.6.1.** Será permitida a participação de consórcios, na forma do Art. 15 da Lei Federal N.º 14.133/2021.

**3.6.2.** As empresas reunidas em consórcio deverão apresentar, na fase de habilitação, compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas, devendo comprovar sua constituição e registro antes da celebração do contrato, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**3.6.3.** Deverá ser indicada, na proposta de preços, a empresa responsável pelo consórcio que deverá atenderàs condições de liderança.

**3.6.4.** Todos os documentos de habilitação, de cada consorciado, deverão ser apresentados na formadeterminada neste Edital, sob pena de inabilitação.

**3.6.4.1.** Para fins de qualificação econômico-financeira, quando exigida, será admitido o somatório dos valores de cada consorciada, observadas as disposições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto ao eventual acréscimo exigível para consórcios, ressalvadas as

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

hipóteses legais de dispensa.

**3.6.5**. As empresas integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados em consórcio,tanto na fase licitatória quando na fase contratual.

**3.6.6.** É vedada a participação de empresa em mais de um consórcio participante do Certame.

## 04. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

**4.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo e-mail licitacao@pingodágua.mg.gov.br ou www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo administrativo licitatório em análise. A resposta será divulgada no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.2**. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

**4.3.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**4.4.** A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

## 05. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

**5.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

**5.2.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão disporde chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da AMM Licita (www.licitardigital.com.br).

**5.3.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Pingo d´Água, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

**5.4.** O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**5.5.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

credenciado esubsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meiodo sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

**5.6.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

**5.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:**

**a)** Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

**b)** Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**c)** Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado daPrevidência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

**d)** Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

**e)** Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nasconvenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**f)** Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigaçõesobjeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

**g)** Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

**h)** Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

**i)** Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

**5.8.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

sanções previstas em lei e neste Edital.

**5.9.** A Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, deverá apresentar ainda declaração de que no ano-calendário de realização da licitação pública ainda não celebrou contratos administrativos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte – EPP.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**6.1.** Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, suas propostas contendo a descrição do objeto ofertado e os respectivos preços, bem como poderão inserir os documentos de habilitação em campo próprio disponibilizado pela plataforma eletrônica, observadas as disposições deste Edital. A análise dos documentos de habilitação será realizada somente após a fase de julgamento, em relação ao licitante vencedor, nos termos do art. 63, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

**6.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123, de 2006.

**6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**6.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**6.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6.8.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo definido pelo pregoeiro, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

**6.9.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**6.9.1.** Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

**6.10.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**6.11.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**6.12**. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**6.13.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

## 07. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**7.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.1.1.** Valor unitário e total do item/lote;

**7.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia, etc.

**7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vincularão a contratada.

**7.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**7.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.5.** O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**7.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**7.7.** No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

**7.8.** Os documentos listados no item de Habilitação deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública, sendo observadas as possibilidades de saneamento previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.9.** Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021.

**08. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, a seguir informada:

**8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato Social Consolidado);

**c)** Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na letra "b", deste subitem;

**d)** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**e)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

**f)** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

**g)** A microempresa ou empresa de pequeno porte que pretenda usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá comprovar seu enquadramento mediante declaração própria ou documentação idônea, sujeita à verificação pela Administração, observadas as disposições legais aplicáveis.

**8.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:**

**a)** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

data não anterior a 90 (noventa) dias antesda data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

**8.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

**b)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da Uniãoe prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

**c)** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

**d)** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ououtra equivalente, na forma da Lei;

**e)** Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

**f)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas,que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

**8.4. DAS DECLARAÇÕES UNIFICADAS: PODENDO SER DECLARADO DIRETAMENTE EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO.**

**a)** Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

**b)** Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**c)** Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado daPrevidência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

**d)** Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

**e)** Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nasconvenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**f)** Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigaçõesobjeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

**g)** Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

**h)** Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

**i)** Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

**8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a)** Licença ambiental de operação válida, ou documento equivalente legalmente admitido, expedida pelo órgão ambiental competente, que autorize o funcionamento do estabelecimento para a atividade de comércio varejista de combustíveis, observada a legislação ambiental aplicável;

**b)** Comprovação de autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em situação regular.

**8.6. DEMAIS CONDIÇÕES:** Será realizada a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (Cadastro de Pessoas Inidôneas) junto ao portal do TCU, obtido através do link: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/, promovendo-se a INABILITAÇÃO dos licitantes que apresentarem restrições em licitar ou contratar com a Administração Pública.

**NOTA 01:** A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais deórgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**NOTA 02**: As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidaspor 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**NOTA 03**: A ausência de anexação de certidão fiscais ou documentos que possam ser conferidos em meio eletrônico não será motivo único para inabilitação do fornecedor, podendo o Pregoeiro(a) realizar a pesquisa eletrônica para fins de análise da regularidade da empresa.

## 09. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

**9.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**9.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**9.3.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**9.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**9.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**9.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.8.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

**9.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**9.10.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.11.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).

**9.12.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**9.13.** Será adotado o modo de disputa **ABERTO**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**9.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (DEZ) MINUTOS** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **ÚLTIMOS 2 (DOIS)**

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**MINUTOS** do período de duração da sessão pública.

**9.13.2.** A prorrogação automática da etapa de lances será de **2 (DOIS) MINUTOS** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**9.13.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**9.13.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (CINCO POR CENTO)**, o pregoeiro, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.

**9.13.5.** Após o reinício previsto, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**9.14.** Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**9.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor valor de lance registrado, ***vedada a identificação do licitante***.

**9.17.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (DEZ) MINUTOS**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (VINTE E QUATRO) HORAS** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br.

**9.19.** Durante a fase de lances, não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro, salvo na hipótese do último lance fechado.

**9.20.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**9.21.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (DEZ) MINUTOS**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (VINTE E QUATRO) HORAS** da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**9.22.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**9.23.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com o valor da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, bem como das demais classificadas, para aplicação dos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006.

**9.24.** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até **5% (CINCO POR CENTO)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**9.25.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de apresentar última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo sistema eletrônico, contados da convocação automática, sob pena de preclusão, nos termos do art. 45, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**9.26.** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais empresas nessa condição, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

**9.27.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs nos intervalos estabelecidos, será realizado sorteio entre elas para identificar aquela que poderá apresentar melhor oferta.

**9.28.** A ordem de apresentação das propostas e dos lances pelos licitantes será utilizada como critério de classificação, observadas as regras do sistema eletrônico, de modo que somente poderá haver empate entre propostas de valores iguais que não tenham sido seguidas de lances, considerando-se, para fins de classificação e desempate, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.29**. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, será adotado o critério previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se a seguinte ordem:

**I** – Disputa final com nova proposta;

**II** – Avaliação de desempenho contratual prévio;

**III** – Ações de equidade entre homens e mulheres;

**IV** – Programa de integridade.

§1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, para:

**I** – Empresas estabelecidas no Estado do Município licitante;

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**II** – Empresas brasileiras;

**III** – Empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento;

**IV** – Empresas que comprovem ações de mitigação ambiental.

§2º As regras acima não prejudicam o disposto no art. 44 da LC nº 123/2006.

**9.30.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico entre as propostas empatadas.

**9.31.** Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante melhor classificado, exclusivamente por meio do sistema, visando à obtenção de melhor oferta, vedada a negociação em condições distintas das previstas no Edital.

**9.32.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.33.** Encerradas as etapas de lances e negociação, o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, quando necessário, o encaminhamento da proposta adequada ao último lance ofertado, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável mediante justificativa aceita pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Edital.

**9.34.** Após a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

**9.35.** O credenciamento do licitante no sistema eletrônico de licitação (AMM Licita), suprirá a sua assinatura no termo de proposta ajustada que será gerada automaticamente, após a fase de negociação.

## 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

**10.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

**10.2**. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, salvo comprovação de oscilação de mercado ocorrido após a elaboração dos orçamentos até a data de abertura das propostas.

**10.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**10.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

registrada em ata.

**10.5**. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.6.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

**10.7.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.8.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.8.1.** Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

**10.9.** Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**10.10.** O pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**10.11.** Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.12.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

## 11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

**11.1.** Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observados o valor máximo aceitável para ADJUDICAÇÃO, quando aplicável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

**11.2.** O pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/mais vantajoso.

**11.3**. Se a proposta de menor preço não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências HABILITATÓRIAS, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá à verificação das condições HABILITATÓRIAS do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**11.4.** No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

**11.5.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**11.6**. Serão rejeitadas as propostas que:

**11.6.1.** Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

**11.6.2.** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou sejam manifestamente inexequíveis, por decisão do pregoeiro.

**11.7.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a aquisição do bem.

**11.7.1.** Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**11.8**. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

**11.9.** Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

## 12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

**12.1.** A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistemade pregão eletrônico.

**12.1.1.** A proposta readequada do licitante no sistema eletrônico de licitação (AMM Licita), suprirá a sua assinatura no termo de proposta ajustada que será gerada automaticamente, após a fase de negociação.

**12.1.1.** Quando houver mais de um item por lote, o sistema realizará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, o pregoeiro poderá autorizar a atualização manual

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

da proposta diretamente na plataforma, permitindo que o licitante vencedor insira os descontos ofertados de forma homogênea, preservando a proporcionalidade em relação à Planilha Original da Licitação, a fim de evitar o chamado *jogo de planilhas*.

**12.1.2.** A Planilha Atualizada deverá ser anexada após o término da sessão de lances, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico. Será concedido o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para o envio, sob pena de desclassificação do licitante, podendo ser encaminhada no e-mail licitacao@pingodágua.mg.gov.br.

## 13. DO RECURSO

**13.1.** O pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (05) CINCO MINUTOS, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

**13.2.** A falta de manifestação da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a ADJUDICAR o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

**13.3.** Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**13.3.1**. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condiçõesde admissibilidade do recurso.

**13.3.2.** A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

**13.4.** A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**13.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**14.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

recursos apresentados.

**14.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório

**15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**15.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**15.1.1**. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus documentos complementares, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

**15.1.1.1.** E-MAIL preferencialmente INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter, durante o período de vigência do contrato/ata, e-mail, preferencialmente institucional, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, atas, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

**15.1.1.2**. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Município de Pingo d´Água - MG.

**15.1.1.3.** Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e às suas expensas.

**15.1.1.4.** O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

**15.1.1.5.** O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Pingo d´Água - MG, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

**15.1.1.6.** Garantir os produtos contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

**15.1.1.6.1.** Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

**15.1.1.7.** Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de Pingo d´Água, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

**15.1.1.8.** Substituir, no prazo máximo conforme termo de referência, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto quando, pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo conforme termo de referência, podendo o Município de Pingo d´Água - MG conceder prazo maior.

**15.1.1.9.** Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

**15.1.1.10.** Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus documentos complementares, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

**15.1.1.11.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo conforme termo de referência, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

**15.1.1.12.** Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais documentos complementares.

**15.1.1.13.** Manter, durante a execução deste contrato/ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**15.1.1.14.** Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

**15.1.1.15.** Responder por danos materiais ou físicos causados por seus empregados, diretamente ao Município De Pingo D´Água - MG ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

**15.1.1.16.** Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

**15.1.1.17.** Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

**15.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**15.2.1**. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

**15.2.2**. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**15.2.3.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**15.2.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

**15.2.5.** Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato administrativo;

**15.2.6**. Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato administrativo;

**15.2.7**. Cientificar seu órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

**15.2.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato administrativo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**15.2.9**. Concluída a instrução do requerimento, o Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

**15.2.10**. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

## 16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

**16.1.** Após a homologação do procedimento licitatório, será formalizada a Ata de Registro de Preços, conforme minuta constante do Anexo II deste Edital, podendo as contratações dela decorrentes ser formalizadas mediante contrato administrativo, conforme minuta constante do Anexo III, ou por outro instrumento hábil, quando legalmente admitido, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 17. DA FISCALIZAÇÃO

**17.1.** A entrega do objeto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pela Secretaria Interessada neste processo, que acompanhará a entrega do objeto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

**17.2**. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

de Pingo d´Água e terá as seguintes atribuições:

**a)** Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeitoentendimento pelos licitantes;

**b)** Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta,principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;

**c)** Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;

**d)** Agir e decidir em nome do município, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) emdesacordo com as especificações exigidas;

**e)** Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;

**f)** Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);

**g)** Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entreo(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;

**h)** Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

**i)** Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstasneste instrumento;

**j)** Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimentodo disposto neste instrumento;

**k)** Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;

**l)** Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quandoessa discordar do CONTRATANTE;

**m)** No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, odireito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

## 18. DO PAGAMENTO

**18.1.** O pagamento pelo efetivo fornecimento dos combustíveis será efetuado à CONTRATADA por intermédio da Tesouraria do Município de Pingo d'Água/MG, em até 30 (trinta) dias, contados da regular liquidação da despesa, após o recebimento definitivo e a aceitação dos fornecimentos realizados, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada pelo responsável pela fiscalização contratual.

**18.1.1.** A Nota Fiscal correspondente deverá ser encaminhada pela CONTRATADA ao responsável pela fiscalização contratual, que somente atestará o fornecimento e encaminhará o documento para pagamento após verificar a conformidade dos abastecimentos realizados com as condições

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

estabelecidas no instrumento contratual.

**18.1.2.** O prazo de pagamento previsto no item 18.1 terá início após a regular liquidação da despesa, mediante conferência dos abastecimentos realizados, recebimento definitivo dos combustíveis fornecidos e apresentação da documentação fiscal exigida, observadas as condições pactuadas.

**18.1.3.** Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal emitida em nome do Município de Pingo d'Água/MG, sem rasuras, contendo a descrição dos combustíveis fornecidos, os quantitativos, os valores correspondentes, o número da Ordem de Fornecimento e os dados bancários necessários à realização do pagamento.

**18.1.4.** Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a regular liquidação da despesa, o documento será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções. Nessa hipótese, o prazo para pagamento terá início após a regularização da pendência e a efetiva liquidação da despesa, sem que isso implique ônus à Administração, desde que a pendência seja imputável à CONTRATADA.

**18.1.5.** A Administração poderá efetuar descontos nos pagamentos devidos à CONTRATADA para compensação de multas, indenizações ou outros valores de sua responsabilidade, desde que regularmente apurados, observados o contraditório, a ampla defesa e as disposições legais e contratuais aplicáveis.

**18.1.6.** O Município de Pingo d'Água/MG poderá suspender ou reter, total ou parcialmente, os pagamentos relacionados aos fornecimentos que apresentarem irregularidades, enquanto não forem sanadas as pendências que impeçam a regular liquidação da despesa, observadas as disposições legais aplicáveis e assegurado o pagamento das parcelas regularmente executadas e incontroversas, especialmente nas seguintes hipóteses:

**a)** Descumprimento, pela CONTRATADA, de determinações regularmente expedidas pela fiscalização contratual, relacionadas à execução do fornecimento;

**b)** Descumprimento de obrigações contratuais que comprometam a regularidade dos abastecimentos ou impeçam a liquidação da despesa;

**c)** Atraso injustificado, interrupção ou paralisação do fornecimento de combustíveis, quando caracterizado descumprimento das condições contratuais;

**d)** Existência de valores devidos pela CONTRATADA ao Município, decorrentes da execução contratual, desde que regularmente apurados e passíveis de compensação, observadas as disposições legais aplicáveis;

**e)** Ocorrência de outras irregularidades na execução contratual que impeçam o recebimento definitivo dos fornecimentos ou a regular liquidação da despesa.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**18.1.7.** Respeitadas as condições previstas neste instrumento, na hipótese de eventual atraso no pagamento por responsabilidade do Município de Pingo d'Água/MG, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, calculado proporcionalmente ao período de atraso (*pro rata tempore*), desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, direta ou indiretamente, para a ocorrência do atraso.

## 19. DAS SANSÕES DA LICITAÇÃO PÚBLICA

**19.1.** A licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

**19.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato administrativo;

**19.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato administrativo que cause grave dano ao Contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**19.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato administrativo;

**19.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**19.1.5.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**19.1.6.** Não celebrar o contrato administrativo ou não entregar a documentação exigida para a contratação administrativa, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**19.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação administrativa sem motivo justificado;

**19.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou execução do contrato administrativo;

**19.1.9.** Fraudar a licitação pública ou praticar ato fraudulento na execução do contrato administrativo;

**19.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**19.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

**19.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**19.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**19.2.1.** Advertência: quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato administrativo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021);

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**19.2.2.** Impedimento de licitar e contratar administrativamente: quando praticadas as condutas descritas nos itens 19.1.2 a 19.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021);

**19.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar administrativamente: quando praticadas as condutas descritas nos itens 19.1.8 a 19.1.12, bem como nas condutas previstas nos itens 19.1.2 a 19.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (§5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021).

**19.3.** Multa:

**19.3.1.** Moratória de 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

**19.3.1.1.** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza ao Contratante a promover a rescisão do contrato administrativo por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**19.3.2.** Compensatória de 05% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato administrativo, no caso de inexecução total do objeto.

**19.4.** A aplicação das sanções previstas neste contrato administrativo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021).

**19.5.** Todas as sanções previstas neste contrato administrativo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021).

**19.6.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

**19.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021).

**19.8.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**19.9.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**19.10** Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021):

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**19.10.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**19.10.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**19.10.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**19.10.4.** Os danos que dela provierem para o Contratante;

**19.10.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.11.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

**19.12.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato administrativo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

**19.13.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS – e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP –, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

**19.14.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021

## 20. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), garantindo a proteção dos dados pessoais tratados durante a execução contratual.

20.1.1. Os dados pessoais deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do contrato, sendo vedado seu uso indevido ou compartilhamento não autorizado.

20.1.2. A CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança para garantir o sigilo, a integridade

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

e a proteção dos dados pessoais, responsabilizando-se por eventuais irregularidades decorrentes de sua atuação, nos termos da legislação aplicável.

## 21. DO PRAZO DE ENTREGA

**21.1.** A entrega do objeto da presente licitação deverá ser realizada nos prazos estabelecidos de acordocom o Termo de Referência do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo setor competente.

**21.2.** Todas as despesas pertinentes as entregas serão de responsabilidade da licitante vencedora como fretes, cargas e descargas.

## 22. DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**22.1.** Os preços registrados poderão ser reajustados, alterados ou atualizados nas hipóteses legalmente admitidas, observadas as condições estabelecidas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e na regulamentação municipal aplicável, mediante justificativa e comprovação dos requisitos necessários.

**22.1.1.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução nas condições inicialmente pactuadas, ou em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ser autorizada a revisão dos preços registrados, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, observadas as disposições legais aplicáveis.

**22.1.2.** A criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, após a data de apresentação da proposta, que comprovadamente repercutam nos preços registrados, poderão ensejar sua revisão, para mais ou para menos, conforme o caso.

**22.1.3.** A solicitação de revisão dos preços pelo fornecedor registrado deverá ser devidamente fundamentada e acompanhada de documentos que comprovem a efetiva alteração dos custos, demonstrando a inviabilidade de manutenção dos preços inicialmente pactuados, observadas as condições estabelecidas na legislação aplicável.

**22.1.4.** A Administração Municipal poderá promover a revisão dos preços registrados, inclusive para redução, quando constatada alteração das condições de mercado ou dos custos que justifique a medida, observados os procedimentos previstos na regulamentação aplicável.

**22.1.5.** O Município de Pingo d'Água/MG poderá realizar pesquisa de preços de mercado para subsidiar a análise dos pedidos de revisão, visando verificar a compatibilidade dos valores

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

pretendidos com os preços praticados no mercado e a manutenção da vantajosidade para a Administração.

**22.1.6.** A eventual revisão dos preços registrados dependerá de análise técnica e, quando cabível, jurídica, mediante decisão administrativa fundamentada, sendo os efeitos financeiros definidos conforme as circunstâncias do caso concreto e as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**22.1.6.1.** Enquanto estiverem em análise eventuais pedidos de revisão, o fornecedor registrado deverá observar as obrigações assumidas, não sendo admitida a suspensão unilateral e injustificada dos fornecimentos contratados, permanecendo aplicáveis os preços vigentes até decisão administrativa ou outra solução legalmente admitida.

**22.1.6.2.** A revisão dos preços registrados, quando autorizada, será formalizada pela Administração Municipal mediante instrumento adequado, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive quanto aos efeitos sobre os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

**22.1.6.3.** Para fins de análise de eventual pedido de revisão dos preços registrados, a Administração poderá solicitar documentos que demonstrem a efetiva variação dos custos, incluindo notas fiscais de aquisição, planilhas e outros elementos comprobatórios pertinentes.

## 23. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES CONTRATUAIS

**23.1.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos dos arts. 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**23.2.** Os acréscimos e supressões deverão ser devidamente justificados e formalizados, observadas as disposições legais aplicáveis, não sendo permitidos acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## 24. DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

**24.1.** A matriz de risco não é obrigatória nesta contratação administrativa, conforme Decreto Municipal que fala sobre as práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo na aplicação da Lei nº. 14.133/2021.

## 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**25.1.** Homologada a licitação, o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**25.2.** Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço / fornecimento.

**25.3**. É facultado o pregoeiro ou à AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

**25.4.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos fornecimentos, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

**25.5.** Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em realizar os fornecimentos, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

**25.6.** Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

**25.7.** Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei Federal 14.133/2021, no artigo 155, com aplicação das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei Federal.

**25.8.** Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

**25.9.** A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica, não ficando necessariamente obrigado o CONTRATANTE a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada.

**25.10.** É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

**25.11.** A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

**25.12.** O PREGOEIRO, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**25.13.** É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**25.14.** Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo pregoeiro de forma exclusiva pela plataforma de licitações LICITAR DIGITAL (www.licitardigital.com.br).

**25.15.** Complementam o presente Edital, como documentos complementares, na plataforma LICITAR DIGITAL:

a) Termo de Referência;

b) Minuta do Contrato.

**25.16.** Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico www.licitardigital.com.br ou www.pingodagua.mg.gov.br

**25.17.** O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

**25.18.** No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.

**25.19.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos complementares, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**25.20.** Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo.

**25.21.** É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo administrativo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no art. 337, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**25.22.** O licitante vencedor reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**25.23.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.24**. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

**25.25.** O foro da Justiça Estadual de Caratinga – MG, é eleito para dirimir os eventuais litígios que decorrerem da execução deste contrato administrativo que não puderem ser compostos pela conciliação (§1º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021).

**25.26.** Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, localizada na Av. Deputado Raimundo Albergaria, n. 100, Centro, CEP: 35.348-000, Pingo d´Água – MG, nos dias úteis, das 08:00 horas às 17:00 horas, ou pelo telefone (33) 3462-0902, e-mail: licitacao@pingodágua.mg.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através da Plataforma de Licitações AMM Licita (www.licitardigital.com.br).

Pingo d´Água – MG, 23 de novembro de 2026

_____

Artur Carlos da Silva
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

# ANEXO I - TR - TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:

1.1. Constitui objeto da presente Termo de Referência o registro de preços visando a contratação de empresa para fornecimento parcelado de combustível, para utilização e consumo da frota de veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Pingo d'Água, com objetivo de atender as atividades das diversas Secretarias Municipais, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadrada como sendo bem de luxo conforme Decreto Municipal que dispõe sobre o bem de luxo.

1.3. A contratação será realizada mediante Sistema de Registro de Preços, cuja ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados na forma prevista na legislação aplicável, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. A vigência dos contratos decorrentes da ata será estabelecida nos respectivos instrumentos contratuais, observadas as disposições legais pertinentes.

**1.4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE ESTIMADA DESCRITA NO ITEM 09 DESTE TERMO.**

1.4.1. A quantidade e especificações, a qual refere-se a um quantitativo estimado, servindo apenas como referência, e não vincula em hipótese alguma o consumo efetivo a ser realizado pelo MUNICIPIO. Os fornecimentos se darão conforme necessidades.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS

2.1. A fundamentação da contratação administrativa como um todo está no Estudo Técnico Preliminar – ETP – (§ 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021).

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa para o fornecimento parcelado de combustíveis mediante abastecimento dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Pingo d'Água/MG conforme as necessidades das Secretarias Municipais.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

3.2. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços e critério de julgamento pelo menor preço por item, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. O fornecimento deverá ocorrer mediante autorização da Administração Municipal, com controle dos abastecimentos realizados, identificação dos veículos, quantitativos fornecidos e respectivos valores.

3.4. A solução permitirá o atendimento contínuo da demanda, com controle do consumo, fiscalização dos fornecimentos e utilização racional dos recursos públicos.

## 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

4.1. A contratação administrativa deverá observar os seguintes requisitos:

4.2. O fornecimento deverá observar as normas ambientais e de segurança aplicáveis à comercialização e ao abastecimento de combustíveis, visando prevenir vazamentos, contaminações e demais riscos ambientais.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021 em razão de ser um fornecimento de bem comum.

4.4. É vedado à contratada subcontratar o fornecimento.

4.5. Os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações técnicas, aos padrões de qualidade e às demais exigências estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sendo vedado o fornecimento de produtos adulterados ou em desconformidade com a regulamentação vigente.

4.6. Fornecer o objeto licitado dentro dos padrões estabelecidos pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso realize o fornecimento com produto de má qualidade;

4.7. Cumprir as normas de segurança quando do abastecimento dos veículos;

4.8. Efetuar o abastecimento direto no tanque de combustíveis e derivados do petróleo dos veículos, de acordo com a demanda, mediante apresentação de requisição própria, devidamente assinada pelo Departamento de Transporte e Logístico;

4.9. Emitir cupom fiscal, a cada fornecimento de combustíveis e derivados do petróleo e derivado do petróleo, contendo quantitativo de litros abastecidos, data, quilometragem, modelo e placa do veículo, valor unitário e total, e assinado pelo motorista da Contratante;

4.10. Garantir o fornecimento do produto, de forma gradual, até o vencimento do Contrato ou Ata de Registro de Preço, mediante apresentação de requisição própria, devidamente assinada pelo Departamento de Transporte e Logístico;

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

4.11. Não utilizar recipientes, como galões e similares, para abastecimento de combustíveis e derivados do petróleo;

4.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar o abastecimento dos veículos oficiais durante o horário de funcionamento do estabelecimento, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e as necessidades da Administração Municipal.

4.13. Em caso de impossibilidade temporária de fornecimento, decorrente de falta de combustível, problemas operacionais ou outras circunstâncias que comprometam o abastecimento, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a Administração Municipal, informando as providências adotadas e a previsão de regularização, sem prejuízo das responsabilidades contratuais cabíveis.

**4.14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.14.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato Social Consolidado);

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

f) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

g) A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar por escrito conforme modelo constante, ou comprovar tal condição mediante certidão simplificada expedida com data do ano em curso pela Junta Comercial, sob pena de preclusão e de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações advindas da Lei Complementar 147/2014;

**4.14.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:**

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante., com data não anterior a 90 (noventa) dias antesda data de apresentação dos Documentos de Habilitação

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

quando não determinado no corpo da certidão.

**4.14.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da Uniãoe prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ououtra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas,que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

**4.14.4. DAS DECLARAÇÕES UNIFICADAS**

a) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

b) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

c) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado daPrevidência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

d) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

e) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nasconvenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

f) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigaçõesobjeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

g) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

h) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

**4.14.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Licença ambiental de operação válida, ou documento equivalente legalmente admitido, expedida pelo órgão ambiental competente, que autorize o funcionamento do estabelecimento para a atividade de comércio varejista de combustíveis, observada a legislação ambiental aplicável;

b) Comprovação de autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em situação regular.

**5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO:**

5.1. O fornecimento dos combustíveis será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração Municipal, mediante apresentação de requisição ou autorização de abastecimento expedida pelo setor competente.

5.2. O abastecimento será realizado diretamente nos tanques dos veículos oficiais, no estabelecimento da CONTRATADA, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3. O fornecimento deverá ocorrer no momento da apresentação do veículo e da respectiva autorização de abastecimento, durante o horário de funcionamento estabelecido contratualmente.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

5.4. Os combustíveis serão recebidos provisoriamente no momento do abastecimento, mediante conferência da quantidade fornecida e emissão do respectivo comprovante, contendo, no mínimo, a identificação do veículo, a data, a quantidade abastecida, o preço unitário e o valor total.

5.5. Os fornecimentos poderão ser rejeitados quando constatadas irregularidades relacionadas à quantidade, à qualidade ou às condições contratualmente estabelecidas, sem prejuízo das medidas necessárias à correção das irregularidades e à aplicação das sanções cabíveis.

5.6. O recebimento definitivo será realizado pelo responsável designado pela Administração, após a conferência dos comprovantes de abastecimento e a verificação da conformidade dos fornecimentos realizados, observados os procedimentos e prazos estabelecidos para a fiscalização e liquidação da despesa.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos combustíveis fornecidos, inclusive quanto a vícios ou irregularidades posteriormente identificados.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA por danos decorrentes do fornecimento de combustíveis em desconformidade com as especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

## 6. DA GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE

6.1. O contrato administrativo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115 da Lei nº 14.133/2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato administrativo, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº. 14.133/2021).

6.3. A execução do contrato administrativo deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(a) fiscal do contrato administrativos, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

6.4. O(A) fiscal do contrato administrativo anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato administrativo, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (§1º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

6.5. O(A) fiscal do contrato administrativo informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (§ 2º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

6.6. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº. 14.133/2021).

6.7. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº. 14.133/2021).

6.8. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato administrativo (art. 121 da Lei nº. 14.133/2021).

6.9. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato administrativo (§ 1º do art. 121 da Lei nº. 14.133/2021).

6.10. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, tal como: e-mail.

6.11. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento pelo efetivo fornecimento dos combustíveis será efetuado à CONTRATADA, por intermédio da Tesouraria do Município de Pingo d'Água/MG, em até 30 (trinta) dias, contados da regular liquidação da despesa, após o recebimento definitivo e a aceitação dos fornecimentos realizados, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada pelo responsável pela fiscalização contratual.

7.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser encaminhada pela CONTRATADA ao responsável pela fiscalização contratual, que somente atestará o fornecimento e encaminhará o documento para pagamento após verificar a conformidade dos abastecimentos realizados com as condições estabelecidas no instrumento contratual.

7.1.2. O prazo de pagamento previsto no item 7.1 terá início após a regular liquidação da despesa, mediante conferência dos abastecimentos realizados, recebimento definitivo dos combustíveis fornecidos e apresentação da documentação fiscal exigida, observadas as condições pactuadas.

7.1.3. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal emitida em nome do Município de Pingo d'Água/MG, sem rasuras, contendo a descrição dos combustíveis fornecidos, os quantitativos, os valores correspondentes, o número da Ordem de Fornecimento e os dados

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

bancários necessários à realização do pagamento.

7.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a regular liquidação da despesa, o documento será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções. Nessa hipótese, o prazo para pagamento terá início após a regularização da pendência e a efetiva liquidação da despesa, sem que isso implique ônus à Administração, desde que a pendência seja imputável à CONTRATADA.

7.1.5. A Administração poderá efetuar descontos nos pagamentos devidos à CONTRATADA para compensação de multas, indenizações ou outros valores de sua responsabilidade, desde que regularmente apurados, observados o contraditório, a ampla defesa e as disposições legais e contratuais aplicáveis.

7.1.6. O Município de Pingo d'Água/MG poderá suspender ou reter, total ou parcialmente, os pagamentos relacionados aos fornecimentos que apresentarem irregularidades, enquanto não forem sanadas as pendências que impeçam a regular liquidação da despesa, observadas as disposições legais aplicáveis e assegurado o pagamento das parcelas regularmente executadas e incontroversas, especialmente nas seguintes hipóteses:

a) Descumprimento, pela CONTRATADA, de determinações regularmente expedidas pela fiscalização contratual, relacionadas à execução do fornecimento;

b) Descumprimento de obrigações contratuais que comprometam a regularidade dos abastecimentos ou impeçam a liquidação da despesa;

c) Atraso injustificado, interrupção ou paralisação do fornecimento de combustíveis, quando caracterizado descumprimento das condições contratuais;

d) Existência de valores devidos pela CONTRATADA ao Município, decorrentes da execução contratual, desde que regularmente apurados e passíveis de compensação, observadas as disposições legais aplicáveis;

e) Ocorrência de outras irregularidades na execução contratual que impeçam o recebimento definitivo dos fornecimentos ou a regular liquidação da despesa.

7.2. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, na hipótese de eventual atraso no pagamento por responsabilidade do Município de Pingo d'Água/MG, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, calculado proporcionalmente ao período de atraso (*pro rata tempore*), desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, direta ou indiretamente, para a ocorrência do atraso.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

## 8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, tendo como critério de julgamento: menor preço por item.

8.2. O modo de disputa será aberto.

8.3. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

## 9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1. O valor estimado foi definido com base na mediana dos preços auferidos por meio da utilização de pesquisa direta com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, conforme inciso IV art. 23 da Lei nº. 14.133/2021, estão localizados no âmbito local e regional.

9.2. DO VALOR ESTIMADO

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | QUANT | VAL. UNI. | VAL. T. |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | GASOLINA (L) | LITRO | 100.000 | R$ 6,99 | R$ 699.000,00 |
| 2 | ETANOL (L) | LITRO | 10.000 | R$ 4,89 | R$ 48.900,00 |
| 3 | DIESEL S 10 (L) | LITRO | 110.000 | R$ 7,89 | R$ 867.900,00 |
| 4 | DIESEL COMUM (L) | LITRO | 100.000 | R$ 7,29 | R$ 729.000,00 |
| TOTAL | | | | | R$ 2.344.800,00 |

## 10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Por se tratar de licitação para Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização da contratação ou emissão do instrumento equivalente, conforme a disponibilidade orçamentária da Secretaria solicitante.

Pingo d'Água – MG, 18 de novembro de 2026

Abelar Carlos da Silva

Secretário Municipal de Administração

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

# ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º __ / 2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

Pela presente ata de Registro de Preços, são partes, através de seus representantes no final nomeados como: ÓRGÃO GERENCIADOR, o MUNICÍPIO DE PINGO D´ÁGUA, entidade de direito público, CNPJ nº.01.613.204/0001-60, sediada na Av. Deputado Raimundo Albergaria, n.º 100, Centro, CEP: 35.348-000, na cidade de Pingo d´Água (MG), e aqui representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Artur Carlos da Silva, portado do CPF n.º 336.767.716-72 e, como FORNECEDOR REGISTRADO a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº ____, com sede na Rua _____, cidade de _____, e aqui representada por seu representante legal _____, portado do CPF n.º _____, adjudicatária do Pregão Eletrônico n°. 032/2026 resolvem Registrar os Preços, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, Decreto Municipal que regulamento a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito municipal de Pingo d´Água - MG, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

## 1. DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preço: a contratação de empresa para fornecimento ----------

**1.2.** Vinculam esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição:

**1.2.1**. O Termo de Referência;

**1.2.2**. O Edital da Licitação;

**1.2.3**. A Proposta do contratado;

**1.2.4**. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. DOS ITENS E PREÇOS REGISTRADOS SÃO OS QUE SEGUE:

**2.1 -**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA (SE EXIGIDA NO EDITAL) | MODELO (SE EXIGIDO NO EDITAL) | UNID | QUANT. | VR. UNIT | VR. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| XX | XX | XX | XX | XX | XX | XX | XX |

**2.2.** Fica registrado o valor global estimado de R$ _____(_____).

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**3. DAS CONDIÇÕES A SEREM PRATICADAS, CONFORME AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA E NAS PROPOSTAS APRESENTADAS**

**3.1**. O prazo de validade da ata de registro de preços Ata de Registro de Preço será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**3.2.** No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, nos termos do art. 84 da Lei nº. 14.133/2021, não se restabelecem os quantitativos inicialmente fixados na licitação pública, devendo ser considerado apenas o saldo remanescente.

**3.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preço, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**3.4**. As atualizações periódicas e o cancelamento da Ata de Registro de Preço serão concretizados nos termos do Decreto Municipal que dispõe sobre os procedimentos auxiliares.

**3.5**. Esta Ata de Registro de Preço não pode ser aderida;

Pingo d´Água – MG, XX de XX de 2026

ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR REGISTRADO

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO N.º @numeroContrato / @anoAtual**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº @numeroProcesso
PREGÃO ELETRÔNICO Nº @numeroPregao

Pelo presente Termo de Contrato, são partes, através de seus representantes no final nomeados como: CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE PINGO D´ÁGUA, entidade de direito público, CNPJ nº. 01.613.204/0001-60, sediada na Av. Deputado Raimundo Albergaria, n.º 100, Centro, CEP: 35.348-000, na cidade de Pingo d´Água (MG), e aqui representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Artur Carlos da Silva, portado do CPF n.º 336.767.716-7 e, como CONTRATADA a empresa @razaoSocialFornecedor , inscrita no CNPJ sob o Nº @cpfCNPJFornecedor , com sede na Rua @enderecoLogradouroFornecedor , cidade de @enderecoCidadeFornecedor , e aqui representada por seu representante legal @nomeRepresentanteFornecedor , portado do CPF n.º @cpfRepresentanteFornecedor , adjudicatária do Pregão Eletrônico n°. @numeroPregao, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, Decretos Municipais que regulamento a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito municipal de Pingo d´Água - MG, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**01. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS**

**1.1.** E objeto do presente termo de contrato a @objetodoedital, conforme condições estabelecidas abaixo:

**1.1.1. @tabelaContrato**

**02. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA E À PROPOSTA DA LICITANTE VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO:**

**2.1**. O Termo de Referência;

**2.2**. O Edital da Licitação;

**2.3**. A Proposta do contratado;

**2.4**. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**03. CLÁUSULA TERCEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS**

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**3.1.** As legislações aplicáveis à execução deste contrato administrativo, inclusive quanto aos casos omissão, são:

**3.1.1.** Lei nº. 14.133/2021;

**3.1.2.** Decreto Municipal que regulamento a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito municipal de Pingo d´Água – MG.

**04. CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**04.1**. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura.

**05. CLÁUSULA QUINTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO**

**5.1**. O regime de execução ou a forma de fornecimento está prevista no Termo de Referência.

**06. CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO**

**6.1.** O preço deste contrato administrativo é de R$ @valorTotal ( @valorTotalExtenso )

**6.2**. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6.4**. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência.

**6.5**. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado do orçamento estimado, salvo no caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro.

**6.6.** Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.7.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**6.8**. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**6.9**. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.10.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.11.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.12.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**6.13.** Não haverá atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

## 07. CLÁUSULA SÉTIMA: DOS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA O PAGAMENTO

**7.1.** Os critérios e a periocidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para o pagamento estão previstos no Termo de Referência.

## 08. CLÁUSULA OITAVA: DOS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO

**8.1.** Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando o for caso, estão previstos no Termo de Referência.

## 09. CLÁUSULA NONA: DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA

**9.1.** As despesas decorrentes da presente contratação administrativa correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentaria Anual do Município de Pingo d´Água - MG deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

04 122 0001 2.112 MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO

339030 Material de Consumo 16

04 122 0001 2.113 MANUT. DA SEC. MUN. DE ADM, FINANCAS E PLANJAMENTO

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

339030 Material de Consumo FEP 39

339030 Material de Consumo 41

12 122 0001 2.115 MANUTENCAO DAS ATIV. DA SEC. DE EDUCACAO

339030 Material de Consumo ENSINO 74

12 361 0002 2.071 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR – CONVENIO

339030 Material de Consumo PTE 194

04 122 0001 2.010 MANUTENCAO DA SEC. MUN. DE OBRAS PUBLICAS

339030 Material de Consumo 299

15 452 0012 2.097 MANUTENCAO E CONSERVACAO EM RUAS E AVENIDAS

339030 Material de Consumo FEP 347

15 452 0012 2.097 MANUTENCAO E CONSERVACAO EM RUAS E AVENIDAS

339030 Material de Consumo 349

08 244 0007 2.037 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ACAO SOCIAL

339030 Material de Consumo AS.SOC 517

10 301 0006 2.088 MANUT. ATIVIDADES DE SAUDE / ESTADO

339030 Material de Consumo FES 650

10 122 0006 2.027 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC.MUNICIPAL DE SAUDE

339030 Material de Consumo SAUDE 719

04 122 0001 2.169 MANUT. DA SEC. MUN. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE

339030 Material de Consumo 749

**9.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da LOA respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA: DA MATRIZ DE RISCO, QUANDO FOR O CASO**

**10.1**. A matriz de risco não é obrigatória nesta contratação administrativo, conforme Decreto Municipal que fala sobre as práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo na aplicação da Lei nº. 14.133/2021.

**11. CLÁSUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, SE FOR O CASO**

**11.1.** Não haverá repactuação de preços neste caso, conforme inciso LIX do art. 6º c/c inciso II do § 8º do art. 25 c/c inciso II do § 4º do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO**

**12.1.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de, no máximo, 30 (trinta) dias.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR SUA PLENA EXECUÇÃO, QUANDO EXIGIDAS, INCLUSIVE AS QUE FOREM OFERECIDAS PELO CONTRATADO NO CASO DE ANTECIPAÇÃO DE VALORES A TÍTULO DE PAGAMENTO**

**13.1.** Não foi exigência de garantia contratual.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº. 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

**14.1.** O prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021 e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, estão previstos no Termo de Referência.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**15.1 -** As obrigações das partes estão previstas no edital do Pregão.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS SANÇÕES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO**

**16.1.** As penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo estão previstos no edital do Pregão.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO**

**17.1**. A gestão deste contrato administrativo, observados os requisitos definidos em regulamento está previsto no Termo de Referência.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS CASOS DE EXTINÇÃO**

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

**18.1.** O contrato administrativo se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

**18.2.** O contrato administrativo pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**18.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº. 14.133/2021.

**18.2.2**. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada o ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato administrativo.

**18.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**18.3**. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**18.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**18.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**19.1.** O Contratante fará a publicação deste contrato administrativo nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

**19.2.** O foro da Justiça Estadual de Caratinga - MG, é eleito para dirimir os eventuais litígios que decorrerem da execução deste contrato administrativo que não puderem ser compostos pela conciliação (§ 1º do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021).

Pingo d´Água – MG, @diaAtual de @mesAtualPorExtenso de @anoAtual

@nomeAutoridadeCompetente
Prefeito Municipal – Contratante

@razaoSocialFornecedor
Fornecedor / Contratado

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

# ANEXO IV – DAS DECLARAÇÕES UNIFICADAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na Praça/Rua/Av. _____, nº. _____, bairro _____, cidade de _____, estado de _____, por intermédio de seu(ua) sócio(a)-administrador(a), senhor(a) _____, inscrito no CPF nº. __, DECLARA**,** para os devidos fins:

( ) Não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
( ) Minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nasconvenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal/88.
( ) Não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição.

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

Federal/88.

( ) Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

( ) A Microempresa – ME – e Empresa de Pequeno Porte – EPP – deverá apresentar ainda declaração de que no ano-calendário de realização da licitação pública ainda não celebrou contratos administrativos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte – EPP.

Local e data.

_____

Assinatura

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

# AVISO DE LICITAÇÃO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO D´ÁGUA / MG, EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N.º 032/2026**. Registro de Preço para futura contratação de empresa para fornecimento parcelado de combustível, para utilização e consumo da frota de veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Pingo d'Água, com objetivo de atender as atividades das diversas Secretarias Municipais, conforme Edital Pregão Eletrônico n.º 032/2026. Abertura: 07 de dezembro de 2026 as 08H. O edital encontra-se à disposição no através do endereço eletrônico www.pingodagua.mg.gov.br na Plataforma de Licitações AMM Licita Licitar Digital), através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio sede da Prefeitura. Pingo d´Água/MG, 23 de novembro de 2026. Artur Carlos da Silva – Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: ARTUR CARLOS DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D e informe o código DB29-CCFD-3234-E58D

# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: DB29-CCFD-3234-E58D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ARTUR CARLOS DA SILVA (CPF 336.XXX.XXX-72) em 23/11/2026 14:46:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc << Autoridade Certificadora Raíz da 1Doc (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/DB29-CCFD-3234-E58D